

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE**Um voto diferente**

Um país que inventou a Via Verde para os automóveis tem de ser capaz de construir uma auto-estrada democrática que ligue os eleitores à vida política

**João Pedro Martins**

Estou em campanha eleitoral e preciso do seu voto.

As próximas eleições europeias realizam-se 40 anos após a revolução de Abril e 25 anos depois da queda do muro de Berlim.

Nas últimas eleições legislativas, a abstenção foi a grande vencedora. Do universo de 9,6 milhões de eleitores, apenas 41,97% compareceram nas urnas. Se somarmos os votos brancos e nulos, verificamos que 44,34% dos eleitores decidiram não escolher nenhum partido. Isto significa que o partido que venceu as eleições com 38,66% dos votos apenas mereceu a confiança de 22,43% dos eleitores.

Uma análise aos últimos escrutínios eleitorais permite-nos concluir que aqueles que nos governam não representam a maioria dos eleitores. Este indicador revela que, provavelmente, a democracia atravessa uma crise de identidade e de legitimidade. Na prática, o actual modelo eleitoral é uma fraude viral do sistema democrático porque traduz a incapacidade de os políticos tornarem o voto um verdadeiro direito universal e simplificado para o cidadão.

Se até os nossos impostos deixaram de ser pagos exclusivamente nos serviços de Finanças, qual é a justificação para que um eleitor residente no Minho e que está de férias no Algarve tenha de percorrer o país para exercer o seu direito de cidadania, quando existem centenas de mesas de voto no local onde se encontra?

Os milhões de euros que o erário público gasta em cada eleição não são suficientes para implementar e consolidar o “voto electrónico” ou o “voto em mobilidade”, tornando a participação democrática um prazer, em vez de um sacrifício?

O secretismo do voto não é garantido da mesma forma no Algarve como no Minho? A tecnologia e a organização logística que garantem a seguran-

ça da informação quando se entrega a declaração electrónica do IRS ou se efectua um pagamento online não poderiam ser replicadas e adaptadas para o contexto eleitoral?

Em Junho de 2007, um referendo federal realizado na Suíça mobilizou 17% dos eleitores através do e-voto. Em Portugal, a única alternativa ao voto presencial continua a ser a abstenção.

Um país que inventou a Via Verde para os automóveis tem de ser capaz de construir uma auto-estrada democrática que ligue os eleitores à vida política. A este ritmo crescente de degradante desertificação eleitoral, a democracia corre o risco de se tornar um fenómeno populista.

A abstenção não representa apenas o divórcio dos eleitores dos eleitos, demonstra também a incapacidade dos políticos para apresentarem soluções credíveis para os problemas das pessoas. Se aqueles que nos representam não conseguem transformar o acto eleitoral numa festa participativa, será que conseguem mobilizar o país para aumentar a produtividade, criar riqueza e reduzir as desigualdades sociais?

Talvez seja necessário recuperar o velho conceito de *ekklesia*, a principal assembleia popular da democracia ateniense na Grécia Antiga. Esta forma simples de democracia representativa e de proximidade abria as portas para que todos os cidadãos pudessem votar e ser eleitos.

As eleições são o único momento em que o rico e o pobre, o idoso e o jovem, o homem e a mulher contam rigorosamente o mesmo.

Este conceito de igualdade não pode ser negligenciado. Um país de abstencionistas é uma nação sem futuro. A História não se lembrará deles.

Conto consigo para subscrever uma petição para a implementação do voto electrónico e do voto em mobilidade.

Afinal, não podemos deixar que os maus políticos continuem a ser eleitos pelos bons cidadãos que ficam em casa no dia das eleições.

Escreve à sexta-feira

**Nas últimas eleições legislativas, a abstenção foi a grande vencedora****SESSÕES CONTÍNUAS****LAURO ANTÓNIO****As praxes “tradicionalis”**

Um dos temas do momento são as praxes universitárias portuguesas. Já fui aluno e já fui professor universitário. Enquanto aluno, fui parar a uma faculdade e a um tempo em que as praxes passaram por mim sem eu as sentir. Quando professor, assisti a muitas semanas de recepção a caloiros em que vi cenas que “tereí pudor de contar seja a quem for”, apesar de a violência ser mais psicológica do que física. Não sou contra as semanas de recepção, as formas de integração e tudo o mais que seja a favor do estudante e da instituição de ensino. Mas jantares e almoços onde os caloiros são “obrigados” (sim, “obrigados” por coacção psicológica extrema) a emborcar litros de vinho tinto até caírem para o lado não me parecem as melhores formas de “integração”. Impor a jovens rastejar pela areia ou pelo empedrado, não julgo que seja atitude legitimada por nenhuma prática ou teoria pedagógica, ou sequer socialmente justa. Tudo isto são resquícios de uma imbecilidade medieval.

Falar de tradição a propósito deste tipo de praxes (e de outras muito mais gravosas ainda, que põem em risco a integridade física e psicológica dos caloiros, mesmo a vida) roça a insanidade. Então teríamos de cultivar as fogueiras da Inquisição, os linchamentos públicos, as chibatadas da escravatura e por aí fora, um indescritível rol de atrocidades “tradicionalis” noutros tempos e, infelizmente, ainda nos nossos dias, nalguns locais do planeta.

Na actualidade há um gosto cada vez mais mórbido e patológico pelo grotesco selvático e escabroso. Basta assistir a certos programas de televisão, em prime time, para se corar de vergonha. O que se passa durante as semanas (que duram meses) de “recepção ao caloiro” não são apenas “brincadeiras”, como pretende o presidente da Lusófona, Manuel Damásio. Estes “rituais” não se podem comparar levemente a “desastres de automóvel” ou a “naufrágios de barcos de pesca”. São actos conscientemente programados por inconscientes que põem em risco as próprias vidas e as de outros.

No caso do Meco, de que se não sabe ainda se foi praxe ou não, o que se devia exigir de forma exemplar era o apurar de responsabilidades e, sobretudo, assegurar que, de futuro, acidente ou não, tal não se possa repetir. As autoridades académicas e o poder judicial não deviam de forma nenhuma pactuar com o silêncio e o alijar das responsabilidades.

Escreve à sexta-feira